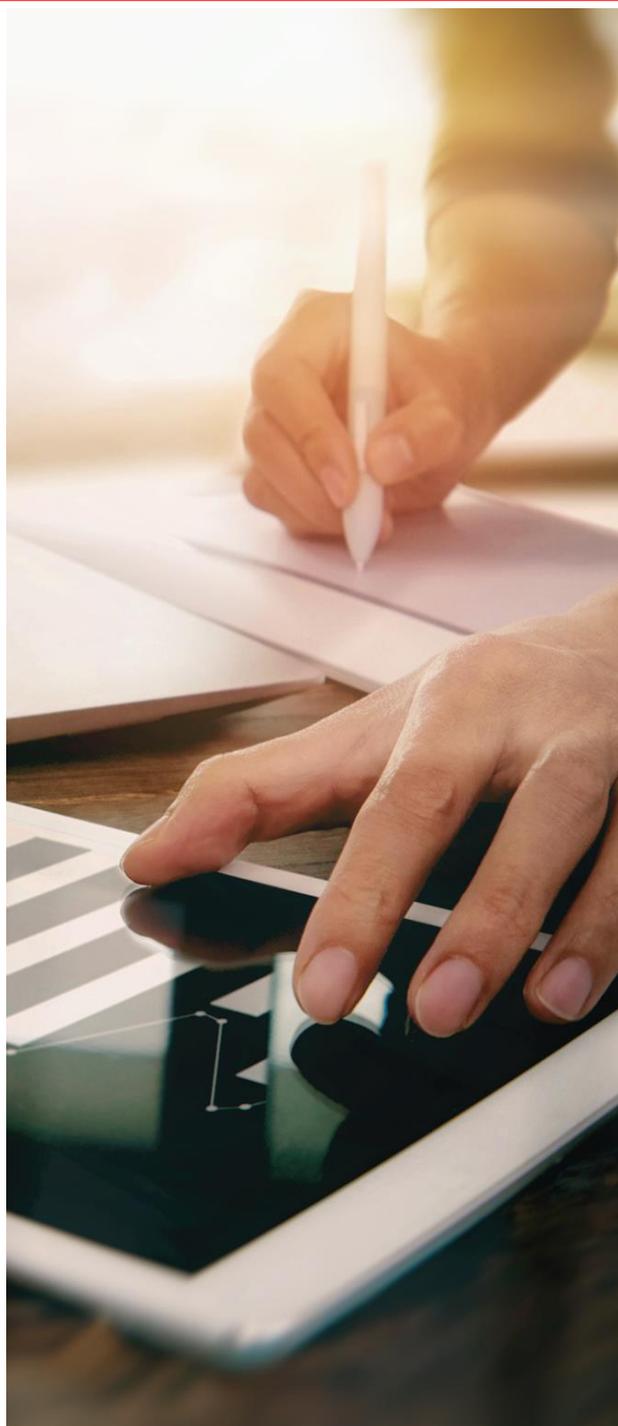

Público

Newsletter | Portugal

3.º Trimestre 2019



Índice

- > **Novas regras de contencioso pré-contratual**
- > **Legislação**



I. Novas regras de contencioso pré-contratual

No dia 17 de setembro de 2019 foi publicada a Lei n.º 118/2019, que, entre outras alterações, introduziu modificações significativas ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos (adiante “CPTA”), em matéria de contencioso pré-contratual.

A referida alteração legislativa, em matéria de contencioso pré-contratual, veio modificar os regimes do efeito suspensivo automático e das medidas provisórias, em matéria de acções de impugnação da decisão de adjudicação – alterando, concretamente, o disposto nos artigos 103.º-A e 103.º-B do CPTA.

No que concerne ao efeito suspensivo automático, antes desta alteração legislativa, a propositura de uma acção de contencioso pré-contratual de impugnação da decisão de adjudicação implicava o efeito suspensivo da decisão, conforme resultava do disposto no número 1 do artigo 103.º-A. Não obstante, nos termos do número 2 do mesmo preceito, sempre haveria a possibilidade de requerer o levantamento desse efeito suspensivo automático, com base em dois fundamentos distintos e alternativos:

- > Quando o diferimento da execução do ato fosse gravemente prejudicial para o interesse público;
- > Quando o diferimento da execução fosse gerador de consequências lesivas claramente desproporcionais para outros interesses envolvido, i.e., situações em que os danos que resultariam do efeito suspensivo automático se mostrassem superiores à execução do contrato, sem que pudessem ser evitados ou atenuados.

A partir da entrada em vigor desta Lei, a ocorrer 60 dias após a sua publicação, o efeito suspensivo da decisão de adjudicação será automático, somente, nas situações elencadas na nova redação do art. 103.º-A:

- > Quando seja aplicável o disposto no número 3 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos.
- > Quando seja aplicável o disposto na alínea a), do número 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.

O legislador introduziu, ainda, uma significativa alteração em termos de prazo. Resulta, assim, da nova redação, que o efeito suspensivo automático só terá lugar quando a acção de impugnação seja proposta no prazo de 10 dias úteis, contados desde a notificação da adjudicação a todos os concorrentes.

Já no que concerne ao pedido de levantamento do efeito suspensivo, o número 2 do artigo 103.º-A dispõe que este pode ser feito na pendência da acção, o que veio solucionar as dúvidas que se colocavam a respeito do prazo aplicável. Não obstante, mantêm-se os



critérios aplicáveis à decisão de levantamento do efeito suspensivo, agora previstos no número 4 do preceito em análise.

Fora dos casos elencados, para obter o efeito suspensivo ou outras medidas provisórias, deve o autor requerer ao Tribunal a adoção de medida provisória, conforme resulta do número 1 do artigo 103.º-B. Relativamente à decisão de adoção de medida provisória, os critérios de orientação prendem-se com a ponderação dos danos sofridos pelas partes, ou seja, as medidas provisórias são recusadas quando os danos que resultem da sua adoção sejam superiores aos danos que resultariam da sua não adoção, na medida em que a lesão não possa ser evitada ou atenuada pela adoção de outras medidas.

Em suma, prevê-se que sejam menos frequentes as situações em que o impugnante consiga impedir, provisoriamente, a celebração do contrato, o que poderá implicar, quando assim se justifica, a atribuição de um maior número de indemnizações.

II. Legislação

> Energia

Decreto-Lei n.º 104/2019 - Diário da República n.º 152/2019, Série I de 2019-08-09

Altera o mecanismo regulatório tendente a assegurar o equilíbrio da concorrência no mercado grossista de eletricidade em Portugal

Decreto-Lei n.º 105/2019 - Diário da República n.º 152/2019, Série I de 2019-08-09

Altera os métodos de cálculo das obrigações de armazenagem de petróleo bruto e de produtos petrolíferos, transpondo a Diretiva de Execução (UE) 2018/1581

Decreto-Lei n.º 120/2019 - Diário da República n.º 160/2019, Série I de 2019-08-22

Altera o regime especial e extraordinário para a instalação e exploração de novas centrais de valorização de biomassa

Decreto-Lei n.º 129/2019 - Diário da República n.º 165/2019, Série I de 2019-08-29

Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/426, relativo aos aparelhos a gás

Decreto Legislativo Regional n.º 12/2019/M - Diário da República n.º 155/2019, Série I de 2019-08-14

Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios (instalações de gás) e dos aparelhos que aquelas abastecem, com exceção dos aparelhos alimentados diretamente por garrafas de gás colocadas no local do consumo, bem como a definição do sistema de supervisão e regulação das atividades a elas associadas



Decreto Legislativo Regional n.º 19/2019/A - Diário da República n.º 149/2019, Série I de 2019-08-06

Aprova o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública para a Região Autónoma dos Açores

Portaria n.º 281/2019 - Diário da República n.º 166/2019, Série I de 2019-08-30

Estabelece restrições à circulação rodoviária de automóveis pesados que transportem mercadorias perigosas em cisterna

Portaria n.º 282/2019 - Diário da República n.º 166/2019, Série I de 2019-08-30

Estabelece o procedimento de elaboração, incluindo calendário e demais trâmites, do estudo sobre os impactos de medidas e eventos extramercado registados no âmbito da União Europeia e revoga a Portaria n.º 288/2013 (regulava, anteriormente, esta matéria)

Despacho n.º 8521/2019 - Diário da República n.º 185/2019, Série II de 2019-09-26

Aprova o valor dos pagamentos por conta a aplicar aos produtores de energia eléctrica abrangidos pelo mecanismo de equilíbrio concorrencial em 2019

Declaração de Retificação n.º 36/2019 - Diário da República n.º 144/2019, Série I de 2019-07-30

Retifica o Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho, do Ambiente e Transição Energética, que altera o regime jurídico aplicável ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade

Regulamento n.º 737/2019 - Diário da República n.º 182/2019, Série II de 2019-09-23

Regulamento Relativo ao Processo de Armazenagem, Recolha e Troca de Garrafas de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) entre Operadores

Diretiva n.º 13/2019 - Diário da República n.º 136/2019, Série II de 2019-07-18

Aprova os termos e condições do mecanismo de aquisição a prazo de energia eléctrica por parte de comercializador de último recurso

Diretiva n.º 15/2019 - Diário da República n.º 142/2019, Série II de 2019-07-26

Aprovação pela ERSE dos perfis de consumo de gás natural e consumos médios diários para vigorarem de 1 de Julho de 2019 a 30 de Junho de 2020

> Ordenamento do Território e Urbanismo

Decreto-Lei n.º 94/2019 - Diário da República n.º 134/2019, Série I de 2019-07-16

Aprova o plano de reabilitação de património público para arrendamento acessível

Decreto-Lei n.º 95/2019 - Diário da República n.º 136/2019, Série I de 2019-07-18

Estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas



Decreto-Lei n.º 121/2019 - Diário da República n.º 160/2019, Série I de 2019-08-22

Estabelece o regime das empresas locais de natureza metropolitana de mobilidade e transportes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto

Decreto Legislativo Regional n.º 17/2019/A – Diário da República n.º 140/2019, Série I de 2019-07-24

Aprova a primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril, relativo à suspensão parcial do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)

Decreto Legislativo Regional n.º 20/2019/A - Diário da República n.º 150/2019, Série I de 2019-08-07

Aprova a segunda alteração ao Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional para a Região Autónoma dos Açores

Portaria n.º 301/2019 - Diário da República n.º 175/2019, Série I de 2019-09-12

Define o método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais existentes

Portaria n.º 302/2019 - Diário da República n.º 175/2019, Série I de 2019-09-12

Define os termos em que obras de ampliação, alteração ou reconstrução estão sujeitas à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica, bem como as situações em que é exigível a elaboração de projeto de reforço sísmico

Portaria n.º 303/2019 - Diário da República n.º 175/2019, Série I de 2019-09-12

Fixa os custos-padrão, definidos por tecnologia, sistema, ou elemento construtivo que permitem quantificar o custo das intervenções para operações de reabilitação

Portaria n.º 304/2019 - Diário da República n.º 175/2019, Série I de 2019-09-12

Define os requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, aplicáveis às operações de reabilitação em edifícios ou frações com licença de construção emitida até 1 de janeiro de 1977, sempre que estes se destinem a ser total ou predominantemente afetos ao uso habitacional

Portaria n.º 305/2019 - Diário da República n.º 175/2019, Série I de 2019-09-12

Fixa as normas técnicas dos requisitos acústicos em edifícios habitacionais existentes

Decreto Regulamentar n.º 5/2019 - Diário da República n.º 186/2019, Série I de 2019-09-27

Procede à fixação dos conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo



> Ambiente

Regulamento (UE) 2019/1242 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019

Estabelece normas de desempenho em matéria de emissões de CO2 dos veículos pesados novos

Decreto-Lei n.º 101/2019 - Diário da República n.º 148/2019, Série I de 2019-08-05

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 2017/852, relativo ao mercúrio

Decreto-Lei n.º 119/2019 - Diário da República n.º 159/2019, Série I de 2019-08-21

Estabelece o regime jurídico de produção de água para reutilização, obtida a partir do tratamento de águas residuais, bem como da sua utilização

Decreto-Lei n.º 124/2019 - Diário da República n.º 164/2019, Série I de 2019-08-28

Altera o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional

Decreto Legislativo Regional n.º 10/2019/M - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13

Aprova a quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2014/M, de 16 de dezembro, que reestrutura o setor público empresarial regional na área da gestão das águas e dos resíduos, mediante a fusão das empresas concessionárias, e cria um único sistema multimunicipal na Região Autónoma da Madeira

Portaria n.º 266/2019 - Diário da República n.º 162/2019, Série I de 2019-08-26

Aprova a informação e a sinalética a utilizar pelos produtores e utilizadores de água para reutilização (ApR)

Portaria n.º 336/2019 - Diário da República n.º 185/2019, Série I de 2019-09-26

Aprova a revisão das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais previstas no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)

Despacho n.º 7290-B/2019 - Diário da República n.º 156/2019, 3º Suplemento, Série II de 2019-08-16 124044585

Considera a concessionária do sistema multimunicipal responsável pela atividade de recolha seletiva de biorresíduos

Aviso n.º 12599/2019 - Diário da República n.º 150/2019, Série II de 2019-08-07

Apoio a sistema de incentivo para a devolução de embalagens de bebidas em plástico não reutilizáveis



> Finanças Públicas

Portaria n.º 223/2019 - Diário da República n.º 135/2019, Série I de 2019-07-17

Procede à primeira do regime excecional aplicável à apresentação dos pedidos de pagamento relativos a despesas pagas, em numerário, pelos beneficiários aos seus fornecedores no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020)

Despacho n.º 6541-A/2019 - Diário da República n.º 137/2019, 1º Suplemento, Série II de 2019-07-19

Altera o Regulamento Nacional de Aplicação do Fundo de Solidariedade da União Europeia

Resolução da Assembleia da República n.º 154/2019 - Diário da República n.º 161/2019, Série I de 2019-08-23

Aprova o Programa Nacional de Investimentos 2030

Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2019 - Diário da República n.º 177/2019, Série I de 2019-09-16

Aprova, para o corrente ano, a atribuição de indemnizações compensatórias às empresas prestadoras de serviço público

> Organização Administrativa

Lei n.º 56/2019 - Diário da República n.º 148/2019, Série I de 2019-08-05

Cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985

Lei n.º 114/2019 - Diário da República n.º 175/2019, Série I de 2019-09-12

Aprova a décima segunda alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro

Lei n.º 118/2019 - Diário da República n.º 178/2019, Série I de 2019-09-17

Modifica regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas

Declaração de Retificação n.º 44/2019 - Diário da República n.º 182/2019, Série I de 2019-09-23

Retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2019/M, de 13 de agosto, que procede à quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2014/M, de 16 de dezembro, que reestrutura o setor público da Região empresarial regional na área da gestão das águas e dos resíduos, mediante a fusão das empresas concessionárias, e cria um único sistema multimunicipal na Região Autónoma da Madeira, publicado do Diário da República, n.º 154, 1.ª série, de 13 de agosto



> Regulatório

Lei n.º 51/2019 - Diário da República n.º 143/2019, Série I de 2019-07-29

Inclui no elenco dos serviços públicos essenciais o serviço de transporte de passageiros, procedendo à sexta alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de julho

Decreto-Lei n.º 103/2019 - Diário da República n.º 149/2019, Série I de 2019-08-06

Aprova as bases da concessão de exploração, em regime de serviço público, de um novo terminal de contentores no porto de Sines incluindo o seu projeto e construção.

Decreto-Lei n.º 107/2019 - Diário da República n.º 153/2019, Série I de 2019-08-12

Altera as bases da concessão da exploração, em regime de serviço público, de um terminal específico para a movimentação de contentores no porto de Sines

Decreto-Lei n.º 116/2019 - Diário da República n.º 159/2019, Série I de 2019-08-21

Define o modelo de gestão das áreas protegidas

Decreto-Lei n.º 131/2019 - Diário da República n.º 166/2019, Série I de 2019-08-30

Aprova o Regulamento de Instalação e de Funcionamento de Recipientes sob Pressão Simples e de Equipamentos sob Pressão

Decreto-Lei n.º 140/2019 - Diário da República n.º 179/2019, Série I de 2019-09-18

Regula as condições de acesso e de exploração de serviço público de transporte de passageiros expresso

Decreto-Lei n.º 98/2019 - Diário da República n.º 144/2019, Série I de 2019-07-30

Altera os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpondo a Diretiva (UE) 2019/514

Decreto n.º 20/2019 - Diário da República n.º 144/2019, Série I de 2019-07-30

Aprova, para adesão, o Protocolo Adicional à Convenção relativa ao Contrato de Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada (CMR), sobre a declaração de expedição eletrónica, adotado em Genebra, em 20 de fevereiro de 2008



Contactos

Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados,
Sociedade de Advogados, SP, RL
Sociedade profissional de responsabilidade limitada

Lisboa

Praça Marquês de Pombal, 2 (e 1-8º) | 1250-160 Lisboa | Portugal
Tel. (351) 21 355 3800 | Fax (351) 21 353 2362
cuatrecasasportugal@cuatrecasas.com | www.cuatrecasas.com

Porto

Avenida da Boavista, 3265 - 5.1 | 4100-137 Porto | Portugal
Tel. (351) 22 616 6920 | Fax (351) 22 616 6949
cuatrecasasporto@cuatrecasas.com | www.cuatrecasas.com

Para obter informações adicionais sobre o conteúdo deste documento, pode dirigir-se ao seu contacto habitual na Cuatrecasas.

© Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL 2019.

É proibida a reprodução total ou parcial. Todos os direitos reservados. Esta comunicação é uma seleção das novidades jurídicas e legislativas consideradas relevantes sobre temas de referência e não pretende ser uma compilação exhaustiva de todas as novidades do período a que se reporta. As informações contidas nesta página não constituem aconselhamento jurídico em nenhuma área da nossa atividade profissional.

Informação sobre o tratamento dos seus dados pessoais

Responsável pelo Tratamento: Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL ("Cuatrecasas Portugal").

Finalidades: gestão da utilização do website, das aplicações e/ou da sua relação com a Cuatrecasas Portugal, incluindo o envio de informação sobre novidades legislativas e eventos promovidos pela Cuatrecasas Portugal.

Legitimidade: o interesse legítimo da Cuatrecasas Portugal e/ou, quando aplicável, o próprio consentimento do titular dos dados.

Destinatários: terceiros aos quais a Cuatrecasas Portugal esteja contratualmente ou legalmente obrigada a comunicar os dados, assim como a empresas do seu grupo.

Direitos: aceder, retificar, apagar, opor-se, pedir a portabilidade dos seus dados e/ou limitar o seu tratamento, conforme descrevemos na informação adicional.

Para obter informação mais detalhada, sobre a forma como tratamos os seus dados, aceda à nossa [política de proteção de dados](#).

Caso tenha alguma dúvida sobre a forma como tratamos os seus dados, ou caso não deseje continuar a receber comunicações da Cuatrecasas Portugal, pedimos-lhe que nos informe através do envio de uma mensagem para o seguinte endereço de e-mail data.protection.officer@cuatrecasas.com.